

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Rafaela Barbosa Carvalho Matias

**MULHERES MÁGICAS DO BRASIL COLÔNIA: CORPOS PERSEGUIDOS E DOMINADOS**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientador: Prof. Dra. Cristina Dias da Silva.

Juiz de Fora  
2019

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Rafaela Barbosa Carvalho Matias**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201673060, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **MULHERES MÁGICAS DO BRASIL COLÔNIA: CORPOS PERSEGUIDOS E DOMINADOS**, desenvolvido durante o período de 11/03/2019 a 16/07/2019 sob a orientação de Cristina Dias da Silva, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**Rafaela Barbosa Carvalho Matias**

### **Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

# MULHERES MÁGICAS DO BRASIL COLÔNIA: CORPOS PERSEGUIDOS E DOMINADOS

Rafaela Barbosa Carvalho Matias<sup>1</sup>

## RESUMO

O trabalho tem como objetivo apresentar a história das mulheres no Brasil Colônia – perpassando também por alguns pontos importantes da Europa Ocidental, no mesmo período – no que se refere às técnicas corporais e rituais que elas tinham como práticas curativas comuns, sem precisar recorrer a médicos que, além de escassos, muitas vezes eram incapazes de curar. O poder da mulher e domínio sobre seus corpos e conhecimentos importantes como cura e contracepção, tais que a própria medicina não tinha acesso, fez com que elas fossem vistas como afronta e posteriormente perseguidas e condenadas por aqueles que queriam os corpos femininos disciplinados e dispostos aos interesses eclesiásticos, econômicos, políticos e sociais. O domínio desses corpos foi extremamente importante e necessário para estruturar o sistema que vinha ganhando força e usando o corpo da mulher como instrumento pilar de sua acumulação primitiva e fortalecimento, e por isso, as autoridades agiram estrategicamente a fim de ter poder sobre esses corpos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Técnicas corporais. Curandeirismo. Medicina colonial. Brasil Colonial. Corpo. Inquisição. Caça às bruxas

## 1. INTRODUÇÃO

Inúmeras são as práticas mágicas desempenhadas por mulheres no Brasil Colônia. Esse trabalho tem como proposta entender e sondar a cultura feminina que foi desenvolvida pelas curandeiras, benzedoras e feiticeiras num cenário colonial marcado pela chegada de povos estrangeiros, principalmente os africanos e europeus, ao território brasileiro, tendo como consequência uma forte miscigenação destes com povos que aqui já habitavam e, assim, dando início a um sincretismo que viria a enriquecer e favorecer ainda mais essas práticas de cura e benzimento, que posteriormente foram perseguidas e condenadas.

O contexto da época era de um início de estruturação do patriarcado, juntamente com uma forte inserção da moral religiosa e médica na sociedade; tais fatores foram fundamentais para que se criasse mais facilmente uma visão demonizada acerca das mulheres mágicas e suas práticas, além de colocá-las numa posição subjugada que seria enraizada e conduzida pelo resto da história, além de ter sua versão dos ocorridos desvalorizada e encoberta por se enquadrar na história dos vencidos, como marca Walter Benjamin (1994), citado por Oliveira e Mendonça (2016, p. 274) “Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo”. Dessa forma, a Igreja garantiu a sua valoração e, muito mais facilmente, conseguiu ter a validação do domínio desses corpos. Com tudo isso, a imagem da mulher veio sendo desvalorizada cada vez mais e seu corpo objetificado e dominado.

O domínio de conhecimentos de ervas medicinais e proclamação de rezas eram adquiridos e passados de forma oral entre gerações por e para essas mulheres sábias, que eram as “médicas” entre as camadas mais populares. Com tais saberes ancestrais e o domínio de práticas contraceptivas, as mulheres se tornaram alvo de constante perseguição pela Igreja e pelas autoridades médicas – que vinham sendo fundamentadas pelas influências escolásticas -, uma vez que estas se sentiam ameaçadas e o poder masculino era colocado em risco com os saberes femininos. Com isso, começa uma longa trajetória de enfraquecimento das mulheres, sendo seu corpo o alvo principal por ser a forma mais direta de hostilizá-las e discipliná-las a serviço dos interesses da Colônia.

Para elucidar essas questões, será pauta de reflexão ao longo dos capítulos o entendimento do corpo da mulher ao longo da e posteriormente à colonização, o processo de inserção das práticas de curandeirismo no cotidiano social do período colonial e quais eram essas práticas. Ademais, será abordado também o modo como esses conhecimentos foram vistos pelas autoridades e como eles foram perseguidos e condenados, tendo como foco os corpos femininos e como todo esse processo está correlacionado com a criação e manutenção de um imaginário social negativo acerca das mulheres.

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof. Dra. Cristina Dias da Silva.

## 2. SABERES E TÉCNICAS CORPORAIS DAS FEITICEIRAS, CURANDEIRAS E BENZEDEIRAS DO BRASIL COLÔNIA

Com a chegada dos diversos povos anteriormente mencionados ao Brasil no período colonial, era inevitável que eles trouxessem consigo as suas crenças e conhecimentos, que logo foram agregados e sincretizados - ainda que por vezes violentamente - aos que já existiam por aqui. O papel social das mulheres no início da colonização ainda era um pouco mais abrangente do que mais tardiamente com o “projeto burguês de restrição das mulheres aos papéis de esposa, mãe e dona de casa” (PRIORE, 2004, p. 290); diante de tal liberdade e proximidade com a natureza e com o jardim de casa, foi possibilitado e facilitado o manuseio de plantas e o aprendizado acerca de suas propriedades medicinais. A fusão de sabedorias de indígenas com as dos povos africanos recém-chegados e até mesmo com as dos povos europeus, resultou em uma bagagem de informações que impulsionou a inserção de procedimentos de medicina popular, amparados no domínio dessas ervas, ao cotidiano da classe popular. Banhos, unguentos, rezas e “poções” passaram a ser cada vez mais receitados por mulheres que detinham esses conhecimentos e os utilizavam para tratar a si e ao próximo de problemas físicos, mentais, emocionais, além de fazerem operações mágicas para atrair prosperidade, pôr fim a negatividades e resolver questões amorosas. Essas curandeiras recebiam esses saberes de medicina popular por meio de sua antecessora e os passavam adiante, preservando, assim, por meio da oralidade, essa importante cultura feminina que auxiliava uma grande parcela da sociedade.

Como a medicina e o cuidado médico eram praticamente inacessíveis às classes mais pobres do Brasil colonial, o curandeirismo naturalmente ganhou apreço e confiança das pessoas que não tinham acesso ao cuidado formal, principalmente mulheres, que recorriam a essas curandeiras para delas receberem a orientação dos procedimentos de cura. A recente chegada da medicina a esse contexto mostrava a incapacidade médica em atender a demanda de todos e mesmo em realizar certos diagnósticos e técnicas, que eram dominadas e resolvidas pelas curandeiras que usavam do conhecimento empírico e popular apreendido no lugar do conhecimento científico.

Desprovidas dos recursos da medicina para combater as doenças cotidianas, as mulheres recorriam a curas informais, perpetrando assim uma subversão: em vez dos médicos, eram elas que, por meio de fórmulas gestuais e orais ancestrais, resgatavam a saúde. A concepção da doença como fruto de uma ação sobrenatural e a visão mágica do corpo as introduzia numa imensa constelação de saberes sobre a utilização de plantas, minerais e animais, com os quais fabricavam remédios que serviam aos cuidados terapêuticos que administravam. Além desses conhecimentos, havia os saberes vindos da África, baseados no emprego de talismãs, amuletos e fetiches, e as cerimônias de cura indígenas, apoiadas na intimidade com a flora medicinal brasileira. (PRIORE, 2004, p. 88-89)

Notável era a ligação dessas mulheres a essa flora medicinal; o domínio que detinham do mundo vegetal fez com que por muito tempo fossem “doutores sem título” (PRIORE, 2004, p. 108). Dessa forma, tomavam as mulheres curandeiras de técnicas corporais, gestos específicos juntamente com conhecimentos medicinais das ervas e com toda uma “operação mágica” oral para realizar a cura de pacientes. Tais rituais eram acompanhados de uma mentalidade mágico-milagrosa, dependendo não somente dos procedimentos em si, mas, também, da fé de quem os conduzia e de quem os recebia.

O emprego de orações aos santos protetores nas enfermidades, a utilização de ervas extraídas da flora doméstica, como macela, arruda e funcho, os gestos impregnados de magia (pendurar ao pescoço raiz de aipo), somados às abluções com água benta, compunham o retrato da benzeadeira ou curandeira, substituta do médico. A perseguição a essas mulheres não era fortuita. Desde tempos imemoriais, elas curavam mazelas, e antes do aparecimento de doutores e anatomistas praticavam enfermagem, abortos, davam conselhos sobre enfermidades, eram farmacêuticas, cultivavam ervas medicinais, trocavam fórmulas e faziam partos. (PRIORE, 2004, P. 108)

Dada a maneira quase que sagrada com que eram tratados esses rituais, foi-se criando um imaginário de sobrenaturalidade acerca dessas técnicas e, conseqüentemente, foi atribuído a elas caráter diabólico pelos inquisidores do Santo Ofício. Muitas eram as formas ritualísticas dominadas e operadas magicamente por essas mulheres, tendo mais de um modo de tratamento para cada mazela. Entre as várias maneiras temos o exemplo de um ritual realizado quando era relatado problema de “baixo-ventre”

a curandeira deveria tomar banha de porco, esfregá-la em duas folhas de couve, batendo-as em seguida na mão; depois de tocar com as mãos as paredes do abdômen da doente, a curandeira colocava uma das folhas no estômago e outra nos rins da paciente, e amarrava-as. Isso feito, repetia por três vezes as palavras: Assim como as águas do mar/Saem do mar/E tomam para o mar/Assim o ventre d'esta criatura/Tome ao seu lugar. (PRIORE, 2004, p. 89)

Outro mal pelo qual as curandeiras eram largamente procuradas para curar era o de quebranto e que fora definido pelo médico Francisco da Fonseca Henrique como “mal perigoso, por ser feito de uma qualidade venenosa, que subitamente ofende os fascinados, a cujos danos ordinariamente se não acode com os remédios de que necessita” (PRIORE, 2004, p. 89)

Para curar o quebranto procedia da seguinte forma: invocava três vezes o nome de Jesus, benzia a pessoa ou uma peça de suas roupas, e dizia: “Jesus encarnou, Jesus nasceu, Jesus padeceu, Jesus ressurgiu; assim como isto é verdadeiro se tirem os males deste doente pelo poder de Deus, de são Pedro, de são Paulo e do apóstolo sant'Iago”. (PRIORE, 2004, p. 89)

Tendo deixado claro o enorme poder dessas curandeiras devido a sua intimidade com a natureza, e, ao passo que tais ritos com utilização de ervas, proclamação de rezas e orações eram mal vistos e julgados pelos médicos, muito do que aquelas faziam era reproduzido por estes. Com tudo isso fica aparente que o problema não estava nas práticas em si, mas sim em quem as praticava.

### **3. A INQUISIÇÃO, PERSEGUIÇÃO E DOMÍNIO DOS CORPOS FEMININOS**

Nos tempos de colonização, a enfermidade era vista como uma forma do pecador se redimir aos seus pecados, uma vez que a “doença era advertência divina” (PRIORE, 2004, p. 78). Como a ciência moderna ainda estava dando seus primeiros passos, a medicina se amparava na religião para buscar explicações e justificativas para questões biológicas e fisiológicas do corpo, portanto, é de se esperar que a visão de culpa diante do pecado para justificar as doenças fosse a maneira mais viável para preencher as lacunas do conhecimento médico e para tornar o corpo um alvo vulnerável. Ao passo que a culpa recaía sobre o corpo, a medicina buscava explicar, biologicamente, a função da mulher e para quais fins Deus a havia criado; para isso, se amparava na desmoralização da natureza feminina e da biologia da mesma, atribuindo características físicas da mulher - como a ausência de testículos - a uma inferioridade feminina se comparada ao homem. Neste cenário, o útero foi o maior culpado. Dadas as questões religiosas da época, em consonância com o desconhecimento médico acerca do corpo feminino, esses corpos foram facilmente reduzidos a sua sexualidade e sua função reprodutora e, com isso, as mulheres foram colocadas em uma posição submissa, de passividade e servidão para domínio dócil e destinação única à reprodução.

Num cenário em que doença e culpa se misturavam, o corpo feminino era visto, tanto por pregadores da Igreja católica quanto por médicos, como um palco nebuloso e obscuro no qual Deus e Diabo se digladiavam. Qualquer doença, qualquer mazela que atacasse uma mulher, era interpretada como um indício da ira celestial contra pecados cometidos, ou então era diagnosticada como sinal demoníaco ou feitiço diabólico. Esse imaginário, que tomava o corpo um extrato do céu ou do inferno, constituía um saber

que orientava a medicina e supria provisoriamente as lacunas de seus conhecimentos. (PRIORE, 2004, p. 78)

A ignorância médica quanto à fisiologia desses corpos podia ser notada pelo foco exclusivo do seu estudo na *madre* (útero), mais especificamente nos ovários, que eram entendidos como pequenos testículos que não teriam se desenvolvido direito e por isso a mulher seria inferior ao homem. Apesar dos pequenos avanços que a medicina ia alcançando e das lentas e graduais descobertas acerca do corpo feminino, as visões sobre o mesmo não se alterava, visto que os médicos portugueses se mantiveram “fiéis à crença de que o corpo feminino e a procriação eram assunto divino, por isso mesmo, irretocável.” (PRIORE, 2004, p. 78). Com isso, foi-se criando um imaginário social negativo acerca da mulher quando esta se desviava da função de procriar e, também, a medicina ia se aprofundando em um obscurantismo devido à resistência portuguesa a qualquer iniciativa cultural e científica, acusando todas de heresia. Sendo assim, nota-se que a Inquisição prejudicou, não só diretamente as mulheres, mas toda a sociedade que adoecia e não recebia o devido tratamento pela impossibilidade de progresso no conhecimento sobre o corpo e doenças, uma vez que a influência religiosa ditava os caminhos da medicina portuguesa.

Se por um lado havia pouco interesse científico no corpo da mulher e em tratamentos e cuidados específicos para tal, por outro, as próprias mulheres possuíam conhecimentos sagrados que eram preservados e mantidos entre elas, como uma cultura feminina; curandeiras, benzedoras e feitiçeras, essas mulheres sabiam de propriedades medicinais da flora colonial, tinham conhecimento empírico de receitas contraceptivas e de curas, dispensando a necessidade de um médico que, além de ineficiente em certos tratamentos devido ao desconhecimento do corpo feminino para além do caráter reprodutivo, muitas vezes eram escassos. Diante disso, a sabedoria dessas mulheres em tratar e curar mazelas passou a ser vista como uma afronta ao poder masculino e alvo de perseguição por meio da Inquisição, uma vez que ela iria contra os valores morais e religiosos - que foram impostos e eram universais neste contexto - da época.

Além de investir em conceitos que subestimavam o corpo feminino, a ciência médica passou a perseguir as mulheres que possuíam conhecimentos sobre como tratar do próprio corpo. Esse saber informal, transmitido de mãe para filha, era necessário para a sobrevivência dos costumes e das tradições femininas. Conjurando os espíritos, curandeiras e benzedoras, com suas palavras e ervas mágicas, suas orações e adivinhações para afastar entidades malévolas, substituíam a falta de médicos e cirurgiões. Era também a crença na origem sobrenatural da doença que levava tais mulheres a recorrer a expedientes sobrenaturais; mas essa atitude acabou deixando-as na mira da Igreja, que as via como feitiçeras capazes de detectar e debelar as manifestações de Satã nos corpos adoentados. Isso mesmo quando elas estavam apenas substituindo os médicos, que não alcançavam os longínquos rincões da colônia. (PRIORE, 2004, p. 81)

A subjugação dos corpos femininos com a associação do mesmo a fragilidade, maternidade e procriação pavimentou um terreno de misoginia e inferioridade para com as mulheres, que foram cada vez mais perseguidas e acusadas de conexão íntima com o demônio pelo fato de curarem de maneira supostamente sobrenatural.

#### **4. UM RECORTE DA EUROPA MEDIEVAL E DO SURGIMENTO DO CAPITALISMO**

A Inquisição atuou no Brasil durante todo o período colonial, começando no século XVI com a ajuda de visitantes enviados pelo Tribunal da Inquisição de Lisboa – responsável por exercer a jurisdição do Brasil à época -, até passar a agentes, que atuaram ao longo dos séculos XVII e XVIII e eram contratados para investigar qualquer comportamento suspeito e passível de heresia.

Enquanto que no Brasil Colônia os principais responsáveis pela perseguição dos corpos e conhecimentos das mulheres eram as autoridades científicas e a Igreja, na Europa Feudal os principais

interessados em sua subversão e dominação eram as autoridades eclesiásticas e de Estado, visto que esses corpos tinham papel fundamental na solidificação do sistema que vinha emergindo – o Capitalismo – e, para isso eram dominados, esvaziados e disciplinados para se tornarem máquinas de produzir mão-de-obra e favorecerem a acumulação primitiva.

A caça às bruxas foi uma estratégia das autoridades no poder para pavimentar o caminho da nova ordem patriarcal; por meio da condenação dos corpos de mulheres que ameaçavam o poder do homem, essas foram sendo diminuídas e emudecidas até terem todo poder social retirado de si. Poucas eram as mulheres que escapavam de serem suspeitas pelos caçadores de bruxas, e a degradação delas e seu enfraquecimento, em todos os aspectos, fazia parte de um grande plano. Da mesma forma que os conhecimentos das mulheres sábias do Brasil Colônia incomodavam as autoridades locais, os das mulheres tidas como bruxas na Europa nesse período de perseguição também eram vistos como ameaça para aquele contexto. Os saberes contraceptivos dessas mulheres foram um fator crucial para que elas fossem perseguidas e cada vez mais marginalizadas e desmoralizadas, cabendo a elas a escolha de seguir a receita cultural que o sistema vinha implantando:

a questão do trabalho se tornou especialmente urgente no século xvii, quando a população na Europa começou a entrar em declínio novamente, fazendo surgir o espectro de um colapso demográfico similar ao que se deu nas colônias americanas nas décadas que se seguiram à Conquista. Com este pano de fundo, parece plausível que a caça às bruxas tenha sido, pelo menos em parte, uma tentativa de criminalizar o controle da natalidade e de colocar o corpo feminino — o útero — a serviço do aumento da população e da acumulação da força de trabalho. (FEDERICI, 2004, p. 326)

A construção do capitalismo e a perseguição dos corpos femininos, principalmente por meio da dominação e da disciplinarização dos mesmos dentro da lógica capitalista, estão intimamente ligados, tendo em vista que esse sistema dependia de grande quantidade de lucro para se fundar e se manter. Por disciplinarização entende-se a manipulação desses corpos por meio da sua transformação em máquinas de trabalho doméstico e procriação; tal projeto era fundamental para que o capitalismo atingisse o triunfo desejado. Outra estratégia do sistema foi a de classificar essas atividades exercidas pelas mulheres como não produtivas, logo, tornando-as dependentes financeiramente de seus maridos e, assim, fortalecendo a estrutura patriarcal que vinha sendo imposta. Ademais, outra forma de enfraquecimento dessas mulheres foi por meio dos cercamentos das terras comunais, que eram lugares onde elas, além de morarem e obterem o seu alimento, estabeleciam uma comunhão e sociabilidade, trocando conhecimentos e gerando uma força entre elas.

Já sem a posse de suas terras e completamente subjugadas e dependentes da figura masculina, as mulheres se viram em estado de mendicância e miséria, situação que fez com que muitas delas, muitas vezes, tivessem que recorrer a furtos e acumular dívidas. Todas essas questões que as colocavam em situação de fragilidade favoreceram as acusações de bruxaria que dispararam a acontecer contra elas, de forma planejada pela Igreja e pelo Estado a fim de dominar os corpos femininos e diminuí-los e restringi-los à função doméstica e procriadora, dando força à estrutura da nova ordem econômica. Sendo assim, por um longo período as mulheres que se desviaram do padrão desejado pelas autoridades de colocarem suas mães a favor da procriação, foram perseguidas, condenadas e mortas.

A caça às bruxas só teve fim no final do século XVII quando e porque tais autoridades concluíram que essas mulheres já não eram mais vistas como ameaça ao seu poder. Portanto, seja na Europa da Idade Média ou no Brasil Colônia, o objetivo da caça às bruxas foi o mesmo: o de colocá-las a serviço dos interesses das autoridades, ao mesmo tempo em que buscavam silenciar e podar as mulheres sábias e fortes; silenciamento este que construiu o lugar da mulher na sociedade a partir do discurso masculino autoritário, focado em si e misógino.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, por meio das pesquisas feitas e dos dados levantados, é possível perceber que os corpos e os conhecimentos femininos foram constantemente hostilizados e encarados como perigo pelas autoridades vigentes. As estratégias para dominá-los foram sendo modificadas e moldadas para se enquadrarem com o projeto daqueles tidos como superiores em cada época, mas nunca deixaram de existir.

Dessa forma, num mundo moderno marcado pelo patriarcalismo e pela supervalorização do conhecimento científico, mostra-se cada vez mais necessária a reação da sociedade de se propor a analisar e a pensar para além de suas crenças individuais a fim de reconhecer a importância social das mulheres e dos saberes ancestrais que elas trouxeram e continuam trazendo consigo, tendo estes sido essenciais para ajudar uma grande parcela da sociedade colonial e elas, mesmo sendo vítimas de constantes ataques e perseguições, se propuseram a continuar a sua função de curandeira sem negar ajuda àqueles que precisaram. Além disso, o debate serve para fomentar o questionamento quanto à infalibilidade científica e superioridade da ciência frente a outras formas de conhecimento, como a medicina popular que ainda hoje resiste graças à oralidade.

Portanto, é importante que se abra um espaço e que se pense com mais louvor os papéis dessas mulheres que, antes foram perseguidas e acusadas de feitiçaria por saberem demais, e hoje são relegadas por grande parte da sociedade por considerarem seus saberes como “leigos” ou “charlatanismo”, apenas pelo fato de não serem eles científicos e acadêmicos. O cuidado dessas mulheres para com os mais necessitados e a figura que elas representam nas camadas populares torna clara a importância da sua valorização e do reconhecimento de seus saberes populares, que resistem a cada geração, além de explicar a importância da preservação e da valorização da prática popular da saúde pública, fazendo com que esta chegue a todos de maneira igualmente efetiva, por mais que não tenha caráter científico. No que tange a prática popular, é importante deixar registrado que políticas nacionais que impulsionam a preservação desta foram fixadas

O Ministério da Saúde, após um longo processo de reuniões técnicas e fóruns de saúde, decidiu então apoiar as seguintes práticas complementares: medicina tradicional chinesa - acupuntura, homeopatia, fitoterapia/plantas medicinais e antroposofia. Um dos objetivos desta política elege o cuidado humanizado e integral, de natureza continuada, no âmbito da atenção básica (BRASIL apud CÂMARA, Yls; MINGO, Carlos; CÂMARA, Yzy, 2016).

Ademais, denota-se a força resistente dessa prática enquanto cultura que perdura quase que exclusivamente pela oralidade e que aos poucos vem ganhando o devido reconhecimento de órgãos importantes, como o da Organização Mundial da Saúde (OMS). Ainda hoje é possível observar a presença dessas curandeiras, benzedoras e rezadeiras pelo Brasil, e, se antes elas foram perseguidas e demonizadas, é tempo de que seja amplamente reconhecida a sua importância. Tais mulheres contribuem, também, para o fornecimento de bem-estar a camadas sociais que não tem acesso a tratamentos pagos, ou que ainda que tenha condições de arcar com o acesso a atendimento médico formal sentem a confiança e preferência por essas curandeiras, além de contribuírem para o entendimento das raízes culturais do Brasil. É preciso, portanto, que se estude e preserve a memória dessas mulheres dotadas de preciosa sabedoria, não só pelo fator cultural e social, mas por que nos ajuda a entender a constituição histórica do nosso país, uma vez que a sua presença na cultura faz-se notória desde os mais remotos tempos da colonização.

## REFERÊNCIAS

CÂMARA, Yls; MINGO, Carlos; CÂMARA, Yzy. **Das bruxas medievais às benzedoras atuais: a oralidade como manutenção da memória na arte de curar – uma pesquisa exploratória**. Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL, Londrina, 2016

EHREINREICH, Barbara; ENGLISH, Deirdre. **Bruxas, Parteiras e Enfermeiras: Uma história das curandeiras**. The Feminist Press, 1984.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a Bruxa**. Tradução de Coletivo Sycorax. Rio de Janeiro: Elefante, 2004.



FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. Sexta parte: “As técnicas do corpo”, p. 399-422.

NASCIMENTO, Monique B. **Caça às bruxas, a história do presente: uma abordagem sobre o controle do corpo feminino**. 2018. 14f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

PINTO, Benedita. **Parteiras e “poções” vindas das matas e “ribanceiras” dos rios**. Proj. História, São Paulo, (23), nov. 2001

PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.